



Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAAE

Data submissão
não submetido

Requerimento nº. 20230022223-ZOZ

Este documento não é válido como outorga. Será analisado junto à documentação que
deverá ser encaminhada ao DAAE.

Requerimento de Autorização de perfuração e Direito de Uso para Captação Subterrânea - Poço Tubular

1 - Identificação

1.1 - Propriedade/Local do Uso/Interferência

Nome DAAE Araraquara - Poço Fonte II	Local onde se encontra Área Urbana	Natureza do local do uso/interferência Público
Logradouro RUA DOMINGOS BARBIERI, 100	Bairro VILA HARMONIA	CEP 14.802-510
Município Araraquara/SP		
Caracterização do local do uso/interferência Empreendimento para Abastecimento Público/Esgotamento Sanitário		

2 - Responsáveis pelo Requerimento

2.1 - Responsável pelo Preenchimento

Nome Marcos Luís de Souza	CPF 047.614.358-60
-------------------------------------	------------------------------

2.2 - Requerente

Razão Social Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Araraquara	CNAE 3600-6/01	CNPJ 44.239.770/0001-67
Endereço Rua Domingos Barbieri, 100	Bairro Vila Harmonia	CEP 14.802-510
Município Araraquara/SP	Email marcosluisdesouza@gmail.com	Telefone (16) 3324-9529

2.3 - Representante Legal

Nome Delorges Mano	CPF 046.804.228-82	
Endereço RUA DOMINGOS BARBIERI, 100	Bairro VILA HARMONIA	CEP 14.802-510
Município Araraquara/SP	Email superintendencia@daae-araraquara.com.br	Telefone (16) 3324-9502

3 - Geolocalização

Todas as coordenadas são convertidas p/ SIRGAS2000

Latitude 21°46'13.600" S	Longitude 48°10'7.970" W
------------------------------------	------------------------------------

UGRHI 13 - TIETÊ / JACARÉ	Município Araraquara
-------------------------------------	--------------------------------

Diretoria de Bacia
Diretoria de Bacia do Baixo Tietê

4 - Propósito da obra

Captação de água

5 - Profundidade do poço e Aquífero a ser explorado

Profundidade do Poço (m)

440

Unidade Aquífera

Guarani

6 - Valores de Vazão

Vazão máxima de exploração (m³/h)

250,00

Horas

20 H

Minutos

0 MIN

Mensal

30 dias

Volume máximo diário captado (m³)

5 000,00

7 - Finalidade do uso da água

Finalidade

urbano - abastecimento de rede pública

8 - Descrição sucinta das características típicas do uso da água no local do uso/interferência

Não há Resposta para esta pergunta.

9 - Dados de Balanço Hídrico do Empreendimento

Outras fontes de abastecimento do empreendimento

Captação em rede (m³/ano)

1.890.000,00

Compra de água (m³/ano)

0,00

Outra fonte de captação (m³/ano)

0,00

Descrição

Lançamento de efluentes do empreendimento

Lançamento em rede (m³/ano)

0,00

Lançamento em solo (m³/ano)

0,00

Lançamento em corpo hídrico (m³/ano)

0,00

Lançamento em terceiros (m³/ano)

0,00

Outras formas de lançamento (m³/ano)

0,00

Descrição

10 - Informações Complementares

O uso será utilizado para consumo humano, conforme art 5º Portaria GM/MS nº 888/21: "I - água para consumo humano: água potável destinada à ingestão, preparação de alimentos e à higiene pessoal, independentemente da sua origem"?

Sim

Mensagem Informativa: A análise do requerimento necessitará de Parecer Técnico da CETESB, caso esteja próxima de área contaminada, e de Licença da Vigilância Sanitária, para todos os casos que envolvam uso para consumo humano

11 - Termo de Compromisso e Responsabilidade

Declaro estar ciente de que o DAEE poderá solicitar esclarecimentos ou exigir documentação complementar, por ocasião de vistoria ou de fiscalização, os quais serão fornecidos no prazo e nas condições estabelecidos pelo DAEE, sob pena de indeferimento deste requerimento.

Declaro, ainda, sob as penas da lei, e de responsabilização administrativa, civil e penal:

1. Conhecer as legislações ambientais e de recursos hídricos, tanto federais quanto estaduais, e suas regulamentações, comprometendo-me a cumprir as suas disposições, destacadamente as obrigações discriminadas na Seção I, do Capítulo IV da Portaria DAEE nº 1.630 de 30 de maio de 2017.
2. Que todos os estudos, projetos relacionados com a captação de água subterrânea, objeto deste requerimento, são de responsabilidade técnica de profissional habilitado, sendo que os documentos correlatos, destacadamente os abaixo relacionados, estarão à disposição do DAEE, durante fiscalização, ou quando solicitados:

Documento de responsabilidade técnica referente à execução da obra, necessariamente, de empresa devidamente habilitada para o exercício de serviços de planejamento, pesquisa, locação, perfuração, limpeza e manutenção de poços tubulares para a captação de água subterrânea;

Relatório Técnico Final do poço tubular, contemplando os seus perfis litológico e construtivo;

Ensaio de vazão (rebaixamento máximo e recuperação).

3. Estar ciente de que no caso do não cumprimento das disposições constantes das alíneas "a" e "b" do item 2, o DAEE poderá, por ocasião de fiscalização ou da necessidade de avaliações de interferências, solicitar a filmagem do poço (perfilagem, ótica ou elétrica) ou seu tamponamento;
4. Estar ciente de que se houver rede pública de abastecimento de água no local do empreendimento, a instalação hidráulica predial a ela conectada, não poderá ser alimentada por outras fontes. Entende-se como instalação hidráulica predial a rede ou tubulação de água que vai da ligação de água da prestadora até o reservatório de água do usuário;
5. Que não se trata de exploração do Aquífero Guarani, como águas termais, para fins de uso em recreação, nos termos do artigo 25, do Decreto-Lei nº 7.841 de 08/08/1945 (Código de Águas Minerais);
6. O compromisso de manter e operar estações e equipamentos hidrométricos, encaminhando os dados, de vazão, volume e nível, observados e medidos, na forma preconizada nas normas de procedimentos estabelecidas pelo DAEE;
7. Que é meu encargo obter as devidas permissões e autorizações do(s) proprietário(s) da(s) área(s) de implantação do(s) uso(s) requerido(s);
8. Que a execução e a operação do poço atendem às orientações da IT-DPO n.º 10, destacadamente quanto ao item 14, no que couber;
9. Estar ciente de que as comunicações do DAEE serão oficializadas por meio do endereço de correio eletrônico informado acima;
10. Que todas as informações aqui fornecidas são verdadeiras e contemplam integralmente as exigências estabelecidas pela legislação.

Nestes termos, p. deferimento.



DAEE
Governo do Estado de São Paulo
Departamento de Águas e Energia Elétrica
Outorgas

PORTARIA



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

www.daee.sp.gov.br - Rua Boa Vista 175 - 1º andar - Tel. 3293-8557 - CEP 01014-001 - São Paulo - SP

PORTARIA DAEE Nº 422, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2024

A SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições legais e fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto nº 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei nº 6.134 de 02/06/88, do Decreto nº 32.955 de 07/02/91, da Lei nº 7.663 de 30/12/91, do Decreto nº 63.262 de 09/03/18 e da Portaria DAEE nº 1.630 de 30/05/17, retificada em 24/06/2020, e tendo em vista as declarações e informações constantes do(s) requerimento(s) e parecer técnico, contido(s) no Processo DAEE nº 9700332.

D E T E R M I N A

Artigo 1º - Fica outorgada, em nome de DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ARARAQUARA, CPF/CNPJ nº 44.239.770/0001-67, a autorização para execução das obras do poço(s) tubular(es) e a correspondente concessão administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins urbano-abastecimento de rede pública, no município de Araraquara, conforme abaixo identificado:

Nº do requerimento Uso/Interferência	Corpo Hídrico	Coordenadas Geográficas		Vazão (m³/h)	Uso Diário Máximo		Dias/Mês	Prazo (meses)
		Latitude S	Longitude O		Volume (m³)	Horas/Dia		
20230022223-ZOZ Captação Subterrânea PO-166-00365	Aquífero Guarani	21°46'13.600"	48°10'7.970"	250,00	5.000,00	20	30	120

§1º - A utilização de água subterrânea, objeto desta Portaria, fica condicionada a apresentação dos seguintes documentos, ao término da perfuração do poço:

I - Relatório fotográfico comprovando a proteção sanitária do poço (laje e perímetro de proteção) e instalação de dispositivo (hidrômetro, medidor de níveis d'água do poço) e torneira para coleta de água para amostras;

II - Relatório Técnico Final do poço tubular, contemplando o seu perfil litológico e construtivo.

§2º - A utilização de água subterrânea, objeto desta Portaria, está condicionada a existência e posse, no local do uso, da correspondente Licença Sanitária de acordo com a Portaria CVS 01, de 22 de julho de 2020, ou o documento cancelado pela autoridade sanitária previsto no §4º do Artigo 1º da Portaria CVS 03, de 07 de abril de 2021, e suas atualizações.

§3º - O usuário fica ciente que deverá apresentar ao DAEE os documentos referentes a desativação do poço legado 2000L10183241-G46 outorgado pela portaria DAEE 2739 de 23/05/2018.

Artigo 2º - A presente outorga poderá ser revogada, ou ter suas condições alteradas, a critério do DAEE, nos casos previstos nos artigos 24, 28 e 30 da Portaria DAEE nº 1.630/17, ou a pedido da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e do Centro de Vigilância Sanitária - CVS, nos campos de suas atribuições.

Artigo 3º - Esta outorga não isenta o usuário do cumprimento das legislações federal, estadual e municipal, afetas à matéria.

Artigo 4º - No caso de desistência do(s) uso(s) o usuário fica autorizado a proceder à(s) desativação(ões) nos termos da Portaria DAEE nº 1.630/17, e comunicá-la ao DAEE, atendendo aos procedimentos do item 10, da IT-DPO nº 10.

Artigo 5º - O(s) uso(s) objeto(s) desta Portaria será(ão) cadastrado(s) em banco(s) de dados específico(s) do DAEE.

Artigo 6º - O(s) uso(s) constante(s) deste ato está(ão) sujeito(s) à fiscalização deste órgão, segundo a Portaria DAEE nº 4.905, de 09/09/19 e suas atualizações, ou a que a suceder, conforme preveem a Lei nº 7.663, de 30/12/91, o Decreto Federal nº 24.643, de 10/07/34 - "Código de Águas".

Artigo 7º - A licença de execução, objeto desta Portaria, confere ao seu titular o prazo de 1 (um) ano para concluir a(s) obra(s).

Artigo 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

MARA REGINA SAMENSATTO RAMOS

Superintendente

São Paulo, na data da assinatura digital.



Documento assinado eletronicamente por **Mara Regina Samensatto Ramos**, Superintendente, em 19/03/2024, às



19:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA GARCIA LOPES, Diretor I**, em 20/03/2024, às 08:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0022592683** e o código CRC **5C6D4C05**.